

## Notas sobre Jacob Gorender: o engajamento do intelectual.

Caio Navarro de Toledo\*

I. Na perspectiva do marxismo crítico e dialético, o trabalho intelectual é uma dimensão das lutas políticas e ideológicas que perpassam a sociedade capitalista. Nenhuma atividade no plano da produção intelectual (científica, artística ou cultural) se realiza sem que motivações, interesses e valores sejam mobilizados e afetados. Mas, ao contrário das visões esquemáticas e reducionistas, entende-se que a produção teórica tem uma *autonomia relativa* - método e lógica específicos de investigação, critérios intrínsecos de verificação e uma dinâmica particular de desenvolvimento -, não sendo, pois, um simples reflexo das estruturas fundantes da sociedade ou epifenômeno das lutas sociais. Particularmente no campo das ciências humanas e sociais, a teoria é indissociável dos projetos e aspirações forjados pelos indivíduos e pelas classes sociais. Os intelectuais, na elaboração de suas obras científicas, artísticas e culturais, assumem, conscientemente ou não, posições políticas e ideológicas que não deixam de corresponder àquelas defendidas concretamente pelas diferentes classes e categorias sociais atuantes na formação social. Não constituem os intelectuais, como julgava K. Mannheim em *Ideologia e Utopia*, uma categoria à parte e acima dos conflitos sociais.

Por mais exigentes e criteriosos que possam ser, em termos teóricos e metodológicos, os intelectuais - *humanos, demasiadamente humanos* -, tomam *partido*. Pelo fato de usarem, como instrumental permanente, a *razão* e

---

\* Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp. Autor, entre outros, de *ISEB: fábrica de ideologias*, Ed. Unicamp; *O governo Goulart e o golpe de 64*, Editora Brasiliense; do comitê editorial da revista *Crítica Marxista*, Boitempo editorial.

serem “homens do espírito”, ingenuamente poder-se-ia pensar que os intelectuais sempre adotam posições “progressistas” e “democráticas”; mais do que isso, identificando-os com a noção de *intelligentsia* – cujo significado crítico foi cunhado na Rússia czarista pré-revolucionária –, acredita-se, freqüentemente, que o intelectual, tal como conhecemos no mundo ocidental, seria um militante incessante pela verdade, pela justiça, pela liberdade e pela universalidade. Numa palavra, sob a inspiração da cultivada vertente do Iluminismo, os intelectuais seriam os “funcionários da humanidade” ou “arautos da verdade”. De outro lado, não se sustentaria a visão de Sartre que, num texto dos anos 70 <sup>1</sup>, afirmou que o intelectual é o ser social que, por definição, tem posições político-ideológicas de “esquerda” ou revolucionárias. Bem se sabe que os intelectuais, ao contrário do que idealizava Sartre, não são necessariamente aqueles que desafiam os poderes constituídos e que sempre defendem as causas dos explorados – dos “humilhados e ofendidos” –, ou os chamados “condenados da terra”, como um intelectual engajado dos anos 60, Franz Fanon, designou seu clássico livro.

II. Críticos desta perspectiva abstrata e idealista, os marxistas e socialistas, entendem que os intelectuais, nas sociedades de classe, tomam sempre *partido*; não sendo, por definição, “funcionários da humanidade” ou defensores dos interesses universais, se alinham eles dentro do diferente espectro ideológico que divide a sociedade – são de “direita”, de “centro” ou de “esquerda”; conservadores ou progressistas; reacionários,

---

<sup>1</sup> J. Paul Sartre, *O escritor não é um político?* Lisboa, Publicações D. Quixote, 1971. Em suas palavras, “(...) não considero que exista um intelectual sem ser ‘de esquerda’”, p. 11.

reformistas ou revolucionários. Embora nem sempre tais posições sejam imediatamente identificáveis, afirma-se, no entanto, que, no campo das ciências sociais, a produção intelectual, direta ou indiretamente, tem sempre efeitos políticos ou ideológicos determinados.

Jacob Gorender é um intelectual que forjou as armas da teoria e da crítica, fora dos umbrais da academia, diretamente vinculado às lutas políticas e sociais empreendidas pelos comunistas brasileiros. Na boa tradição do marxismo clássico e do pensamento social e histórico brasileiro – dos quais se destacam, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodr e e outros –, Gorender se apresenta como um intelectual que se engaja de corpo e alma na tarefa de pesquisar aspectos relevantes e momentos decisivos da forma o social e histórica de seu país com o propósito, consciente e deliberado, de buscar nela intervir de forma lúcida e eficaz. Na perspectiva dos marxistas e socialistas, o exercício da inteligência crítica implica o compromisso com mudanças radicais das estruturas e institui es econ micas e políticas da sociedade. Tal compromisso, no entanto, não significa nem implica – como revelam os trabalhos dos clássicos desse pensamento – o abandono do rigor e da busca da objetividade.

III. A in cia o política de Gorender se dá no combate   ditadura do Estado Novo e na denúncia das violências do nazi-fascismo, como ativo militante da União de Estudantes da Bahia, em sua cidade natal, Salvador; no início de 1942, ingressa no Partido Comunista do Brasil (PCB), organiza o que atuava na clandestinidade, por influência de Mário Alves,

jovem dirigente do partido nesse estado <sup>2</sup>. Em fins de 1946, com 23 anos de idade, convocado para fazer parte da redação da *Classe Operária*, órgão central do PC, transfere-se para o Rio de Janeiro. A opção pela militância revolucionária estava feita, abandonando-se, assim, o projeto de carreira universitária iniciado anteriormente na Faculdade de Direito. De 1951 a 1953, desenvolve intensas atividades no comitê estadual do partido em São Paulo, retornando ao Rio onde passa a desempenhar trabalho pedagógico de formação política e ideológica de militantes e dirigentes partidários (os chamados *cursos Stalin*). No IV Congresso do PCB foi escolhido membro suplente do *Comitê Central* e, em 1960, é eleito membro titular do CC do Partido.

Em meados de 1955, durante dois anos, Gorender estudou em Moscou, integrando a segunda turma brasileira que cursou a escola superior do antigo PC da URSS. O conhecimento que adquiriu da língua russa permitiu a ele traduzir para o português obras que “influenciaram gerações de militantes brasileiros, como o *Manual de Economia Política* (Vitória, 1961), da Academia de Ciências de Moscou, e a obra coletiva de filósofos e cientistas sociais *Fundamentos do Marxismo-Leninismo* (Vitória, 1962)” <sup>3</sup>.

Sua militância partidária foi extensa, relevante e não menos polêmica nos debates internos sobre a orientação estratégica, ideológica e cultural do PCB e sobre as estratégias definidas pelo comunismo internacional. Crítico

---

<sup>2</sup> As informações sobre a atuação partidária de Gorender foram obtidas no ensaio de Leôncio M. Rodrigues, O PCB: os dirigentes e a organização. In. *O Brasil Republicano III, Sociedade e Política (1930-1964)*. São Paulo, Difel, 1981; na *Entrevista de Jacob Gorender - A. Freire e P.T. Venceslau*. In: *Teoria & Debate*, revista do PT, São Paulo, no. 11, julho/agosto/setembro, 1990. Igualmente no artigo de Duarte Pereira “Marxismo sem classe operária, é possível?”. *Reportagem*, ano I, no. 8, março de 2000, encontram-se dados sobre a formação política e a uma análise crítica de algumas obras do autor.

<sup>3</sup> Duarte Pereira, op. Cit. P. 26

da política stalinista e, a partir dos anos 60, questionando abertamente as diretivas do partido, vai entrar em rota de colisão com a alta hierarquia do PCB que tinha Prestes como seu dirigente maior. Estas divergências se acentuam e se agravam no pra-64 e nos anos seguintes ao golpe militar. Juntamente com seu conterrâneo Mário Alves e Apolônio de Carvalho, posiciona-se a favor de uma linha de combate intransigente à ditadura militar; face àquilo que considerava uma política vacilante, subserviente e conciliadora da direção do PCB, em abril de 1968, fundará com esses companheiros uma nova e pequena fração de esquerda - o *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR). Na sua avaliação crítica, em anos posteriores, o “PCBR veio a ser mais típica das novas organizações que se debateram no esforço de enlaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada imediata e incondicionada”.

Em 1970, seria preso e torturado pela ditadura militar. Dois anos depois, seria libertado e, nos anos seguintes, anistiado. Permaneceu vários anos sem nenhuma vinculação partidária; embora simpatizante do *Partido dos Trabalhadores*, não aderiu a ele quando de sua fundação, como fizeram outros intelectuais de esquerda. Em meados dos anos 90, ingressou no PT; no presente, suas posições públicas, críticas às novas definições programáticas do partido, implicaram seu afastamento do maior partido de esquerda brasileiro.

IV. Em 1978, Gorender viria publicar seu principal trabalho no campo da historiografia e das ciências sociais no Brasil, *O Escravismo Colonial*<sup>4</sup>. Resultado de uma notável pesquisa em importantes fontes de

---

<sup>4</sup> J. Gorender, *O Escravismo Colonial*. 1ª. edição, São Paulo, Ed. Ática, 1978.

documentação e discutindo uma extensa bibliografia sobre o tema, o livro não teme desafiar autores e teses consagradas na literatura existente, fora e dentro do marxismo, sobre a natureza e especificidade da escravidão no Brasil. Raros textos, na produção intelectual acadêmica brasileira, podem ser equiparados a este em matéria de consistência interna e rigor analítico.

Nesta obra o escravismo colonial é investigado “ao nível categorial-sistemático do conhecimento histórico”; ao contrário de um desdobramento cronológico de orientação historicista, aborda-se a problemática do escravismo moderno mediante conceitos e relações categoriais, ou seja, a estrutura e a dinâmica do sistema consideradas em sua “totalidade orgânica”. Assim, a análise alcança “o modo de produção como síntese mais universal e, com base nela, à formação social escravista no Brasil, como realidade histórica nacionalmente caracterizada”. O escravismo colonial, para o autor, conjuga a grande plantação, a monocultura exportadora e, fundamentalmente, o uso predominante da mão de obra escrava – um modo de produção novo cujas leis e dinâmica são investigados na obra. É no trabalho escravo e na sua dinâmica própria que reside a explicação do sistema e não vice-versa.

Nas palavras do autor, *O Escravismo Colonial* é uma pesquisa sobre a escravidão moderna, em particular a brasileira, “sob o conjugado enfoque da economia política, da ciência histórica e da sociologia”. Para Gorender, a escravidão conteria a chave explicativa do passado brasileiro – durante mais de três séculos, o trabalho escravo se manteve como a principal e mais relevante força produtiva da sociedade brasileira. Enquanto a escravidão foi uma força motriz da unidade da América portuguesa – conservando-se íntegra no Brasil independente -, na América espanhola, a escravidão só

teve intensidade semelhante no Caribe. No Brasil, a escravidão existiu de norte a sul, da Amazônia ao Rio Grande do Sul. A classe dominante também era uma só, a de senhores de escravos, que revelou absoluto interesse em manter a preservação do sistema de exploração e a unidade territorial do País.

Na formulação sintética de um ensaísta, o grande mérito teórico-intelectual de *O Escravismo Colonial* reside no fato de questionar, de forma argumentada e rigorosa, não apenas interpretações que “erigiram o ‘mercado’ em princípio de explicação das relações sociais, como também (...) as que enfatizaram o monopólio da terra como fator relativamente autônomo da exploração e dominação de classe”<sup>5</sup>. Não se constitui um juízo infundado e temerário o reconhecimento de que *O Escravismo Colonial* é um clássico da moderna historiografia brasileira.

Em 1990, Gorender retomou o tema da escravidão. Da mesma forma que o trabalho anterior, *A Escravidão reabilitada*<sup>6</sup> se constituiu uma obra polêmica, pois, escrita sob a perspectiva de que a crítica marxista sempre se inscreve no registro e na dimensão da luta teórica. Procedendo a um balanço da produção acadêmica sobre a escravidão no Brasil, elaborada nos dez anos anteriores ao centenário da Abolição (1988), o autor questiona a orientação teórico-metodológica de alguns prestigiados trabalhos universitários, mostrando que – sob a falaciosa intenção de revelarem uma “nova face da escravidão brasileira” – neles sempre esteve presente o objetivo, explícito ou tácito, de *reabilitar* a escravidão. O livro não teme

---

<sup>5</sup> J. Quartim de Moraes – “O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência”. In. J. W. de Moraes e M. Del Roio (orgs.) – *História do Marxismo no Brasil*, vol. IV. Campinas, Ed. Unicamp, 2000. p. 170.

<sup>6</sup> J. Gorender – *A Escravidão reabilitada*. São Paulo, Ed. Ática, 1990;

afirmar que a maior parte da historiografia (que se autodefine como “moderna” e inovadora) - influenciada, na sua vertente neopatriarcalista e conservadora, por autores com Gilberto Freyre, Genovese, Fogel e Engerman e outros, e na sua vertente de esquerda, por autores da chamada *nova história francesa* (Lefort, Castoriadis) e pela “revelação” da obra marxista de Thompson - “redesenhou o perfil de um regime escravocrata benevolente e eqüitativo”.

Um outro texto polêmico, embora com objetivos mais modestos, pois elaborado para uma coleção didática - público pré-universitário e estudantes de ciências sociais e de história -, foi *A Burguesia Brasileira*<sup>7</sup>, publicado ainda em pleno regime militar. Nesta pequena obra, Gorender busca mostrar como se deu a gênese do capitalismo industrial brasileiro, as origens e características de nossa burguesia industrial, as relações dessa classe com o Estado e o capital estrangeiro e seu lugar no bloco no poder de Estado. Não deixa nunca de revelar suas divergências com importantes interpretações sobre a formação social brasileira e o papel da burguesia nacional na chamada *revolução burguesa* brasileira (para ele, uma “categoria inaplicável à história do Brasil”).

Entre os diversos ensaios de Gorender voltados à discussão da cena política brasileira contemporânea, *Combate nas Trevas*<sup>8</sup> é o livro mais significativo e importante. Este trabalho é, sem nenhuma dúvida, a análise mais abrangente sobre as atividades políticas das esquerdas brasileiras no período da ditadura militar. Novamente, o autor não hesitou em enfrentar temas e questões que ainda hoje não deixam de ser controvertidos em

---

<sup>7</sup> *idem*, *A Burguesia Brasileira*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

<sup>8</sup> *Idem*, *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 2. edição, São Paulo, Ed. Ática, 1987



virtude dos intensos sentimentos e vivas lembranças que o livro suscita junto aos (atuais e outrora) militantes de esquerda.

Nesta obra o autor se vale não apenas de suas experiências pessoais de engajamento na política comunista, mas, sobretudo, de uma extensa e rigorosa pesquisa em livros, de publicações partidárias, depoimentos e entrevistas de atores e participantes das lutas sociais e políticas que se travaram no Brasil do pré-64 até meados dos anos 70. O resultado é um amplo e detalhado panorama das organizações de esquerda e das trajetórias de dirigentes que no pós-64 optaram pela luta armada – para o autor, uma “violência retardada”. Como pode ser nas suas conclusões:

*Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados.*

Crítico contundente dos “tempos de trevas” impostos pela ditadura militar, o juízo do militante e analista não é complacente nem menos severo com as ações desencadeadas pelas esquerdas : “(...) a concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo. A derrota era inevitável”. Nunca abdicando de suas convicções socialistas, Gorender questionou sem meias palavras a atuação da esquerda armada brasileira naquele período.

Razões de ordem política e intelectual – não valores de natureza moral ou um humanismo vago e abstrato - estão na base de sua crítica e autocrítica. Para ele, a tragédia e o fracasso da luta armada se explicam pelo fato das esquerdas brasileiras terem se distanciando crescentemente da classe

operária, do campesinato e das camadas médias urbanas no período da ditadura militar; assim, foram incapazes - na ação e na reflexão como postula a análise dos clássicos do marxismo - de realizarem *uma análise concreta de uma situação concreta*. Aprender com seu erros, sem abdicar de suas convicções revolucionárias, foram as palavras que concluía esse provocador texto que fez história na cultura política da esquerda brasileira.

Em 1992, após uma viagem a Moscou realizada no ano anterior, em plena época da *perestroika* e da *glasnot*, Gorender publicou um engenhoso livro contendo um imaginário diálogo entre dois intelectuais - o marxista Marcino e o liberal Liberatore <sup>9</sup>. A partir de visões conflitantes, os dois interlocutores passam em revista temas e questões cruciais do debate teórico e ideológico no fim do século - o significado da experiência soviética e do Leste europeu, as reformas de Gorbachov e o fracasso da *glasnot*, as crises recorrentes do capitalismo real, a hegemonia do pensamento neoliberal, a crise do marxismo e as possibilidades de um novo projeto socialista como alternativa à barbárie representada pelo capitalismo. No livro é a perspectiva de Marcino que prevalece; crítico radical do “socialismo de caserna” (ou burocrático) e contestando as experiências de planejamento experimentadas na ex-URSS e nos demais países do antigo campo socialista, Marcino/Gorender afirma sem ambigüidades sua convicção na construção do socialismo - “uma sociedade aberta com amplitude jamais alcançada pela mais democrática das sociedades burguesas”.

---

<sup>9</sup> idem, *Marcino e Liberatore*. São Paulo, Editora Ática, 1992. No ano anterior, publicou também um pequeno livro de divulgação: *O fim da URSS. Origens e fracasso da Perestroika*, São Paulo, Atual.

*Marxismo sem utopia*<sup>10</sup>, publicado em 1999, é o último trabalho mais importante de Gorender em termos de elaboração teórico-intelectual. Articula o livro uma grande massa de dados sobre a economia e a sociedade capitalista no final do século XX, desenvolve discussões relevantes e teses controvertidas dentro do socialismo e das esquerdas, apoiando-se numa qualificada e atualizada bibliografia. “Em muitas questões abordadas, o autor tem ainda o mérito de retomar e aprofundar o debate do problema na história do pensamento marxista e de confrontar esse ‘estado da arte’ com a situação do capitalismo contemporâneo”<sup>11</sup>.

O objetivo central da obra é, segundo Gorender, questionar o que de utópico ainda existiria no pensamento marxista. No caminho da utopia à ciência, Marx e Engels ficaram no meio do caminho; a tarefa dos marxistas críticos, não dogmáticos e ortodoxos, seria a de “retificar assertivas essenciais da teoria marxista”, livrando-as do utopismo inerente àquelas elaborações originais do marxismo clássico. Elementos utópicos e idealistas típicos seriam a atribuição de um papel revolucionário ao proletariado, noções esboçadas acerca da sociedade comunista vindoura (entre outras, a questão da extinção do Estado) e a concepção do caráter necessário, sujeito a leis do desenvolvimento histórico (contra a chamada visão teleológica, o autor defende o papel do acaso na transformação social e histórica). No livro, formulações já anunciadas no livro de 1992, serão mais enfatizadas no tocante ao fracasso do projeto socialista. Sobre este tema, amargas e duras conclusões aqui se encontram a ponto do livro se apoiar em autores liberais como I. Berlin, Bobbio e os do panfleto *Livre noir du communisme* para os

---

<sup>10</sup> Idem, *Marxismo sem utopia*. São Paulo, Ed. Ática, 1999.

<sup>11</sup> A. Boito Jr. e C. N. de Toledo - “Resenha sobre *Marxismo sem Utopia*”. *Crítica Marxista*, no. 10, junho de 2000, São Paulo, Boitempo editorial.

quais a experiência da “utopia do socialismo em um só país” posta em prática por Stalin teria sido “um sacrifício que deu em nada, sangue que escorreu pelo ralo da história e se perdeu na vala comum (...)”

Mas, ao contrário dos pós-marxistas – cujas teses confluem com as do livro em alguns de seus pontos – e de todos aqueles que no campo do liberalismo – particularmente na mídia burguesa – saudaram e divulgaram o livro como uma negação do marxismo, não deixa ele de reafirmar o insuperável

*legado revolucionário herdado de Marx e Engels, uma vez que constitui a concepção teórica mas avançada e um método de investigação que, atualizado pelas conquistas científicas de outras correntes de pensamento será capaz de aprofundar o conhecimento da vida social.*

Controvérsias não faltam ao livro. Ressaltemos uma das mais relevantes. Contrapondo-se às afirmações clássicas do socialismo revolucionário para quem a hegemonia e a direção do processo revolucionário devem estar sob o controle do proletariado, Gorender afirma que a história teria revelado que esta classe é “ontologicamente reformista”. Ainda mais controvertida é sua tese acerca do novo protagonista da revolução socialista. Não deixando de apostar nesta possibilidade, o autor entende que o capitalismo do final do século XX gerou um novo “sujeito revolucionário”, que estaria representado pela “classe dos assalariados intelectuais”.

Dentro do marxismo e socialismo militantes, não acadêmico, *Marxismo sem utopia* é, certamente, a obra mais polêmica e ousada recentemente editada no país.

V. Além destas obras, deve-se destacar que Gorender organizou, planejou e editou a importante coleção *Os Economistas*<sup>12</sup> que teve ampla circulação, dentro e fora dos meios universitários. Nela, foi autor de dois sugestivos ensaios sobre o significado da obra de Marx. Publicou inúmeros artigos em revistas acadêmicas, de centros de estudos e pesquisas e de organizações políticas de esquerda. Tem intensa participação em Simpósios, seminários, mesas-redondas, debates e conferências (fora e dentro da universidade), em várias partes do País e no exterior. Durante dois anos (1994-1996), foi professor visitante do *Instituto de Estudos Avançados* da Universidade de São Paulo; em 1997, ministrou curso de pós-graduação no Departamento de História da Faculdade de FLCH da Universidade de São Paulo.

Por duas ocasiões, os meios acadêmicos, formalmente, reconheceram seu relevante trabalho intelectual; em 1992, a Universidade Federal da Bahia lhe outorgou o título de Doutor *Honoris Causa* e, em 1996, a Congregação da FFLCH da USP - por iniciativa do Departamento de História - concedeu-lhe o grau de *Notório Saber*.

Com lucidez e aguçado espírito combativo, no início de 2003, completou 80 anos de idade. Ao contrário de vários intelectuais de esquerda que, nos últimos tempos, não resistiram aos encantamentos do mercado capitalista e optaram pelo ceticismo ou cinismo da razão, Jacob Gorender nunca mercadejou suas convicções socialistas nem ensarilhou as armas da crítica.

---

<sup>12</sup> *Os Economistas*, São Paulo, Abril Cultural.